

# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

**Sistema PJE**

**Processo Judicial Eletrônico**



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

Curso do sistema PJE

**NOVOS MAGISTRADOS**

Carga horária: 12 h/a



Data: 15, 16 e  
17/01/2024

# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

**I - Introdução ao PJE**

**II - Histórico e evolução do PJE**

**III - Legislação aplicada ao PJE**

**IV - Certificado Digital**

**V - Consultas processuais**

**VI - Registro dos Atos Processuais**

**VII - Sistema PJE (links de acesso e menus)**

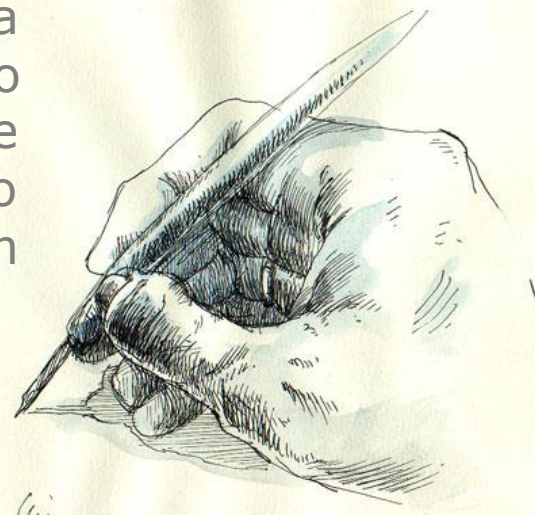




# Curiosidade: Década de 30

Atualmente, estamos passando por uma grande mudança cultural em que discutimos a validade dos documentos digitais em substituição ao papel.

Destaque para uma decisão que reformou uma sentença que havia julgado nulo um processo de vadiagem pelo motivo de nulidade insanável no auto de prisão em flagrante, isto porque o auto não foi escrito a pena e sim lavrado pelo escrivão em **“machina”**.



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

### I – Introdução ao PJE





O Processo Judicial eletrônico (PJe) é um sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a automação do Judiciário.

O objetivo principal é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a **prática de atos processuais**, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar e na Justiça do Trabalho.

O CNJ pretende convergir os esforços dos tribunais brasileiros para a adoção de uma **solução única**, gratuita para os próprios tribunais e atenta para requisitos importantes de segurança e de interoperabilidade, racionalizando gastos com elaboração e aquisição de *softwares* e permitindo o emprego desses valores financeiros e de pessoal em atividades mais dirigidas à finalidade do Judiciário: resolver os conflitos.



A **redução do tempo** pode ocorrer de várias maneiras:

- atribuindo ao computador tarefas repetitivas antes executadas por pessoas (e, portanto, propensas a erros), tais como a contagem de prazos processuais e prescricionais;
- extinguindo atividades antes existentes e desnecessárias em um cenário de processo eletrônico, tais como juntadas de petições, baixa de agravos de instrumento, juntadas de decisões proferidas por Cortes especiais ou pelo Supremo Tribunal Federal;
- eliminando a necessidade de contagens e prestação de informações gerenciais para órgãos de controle, tais como as corregedorias e os conselhos.



# PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJe)

NOVOS CAMINHOS PARA O JUDICIÁRIO

Acesso prático  
e intuitivo

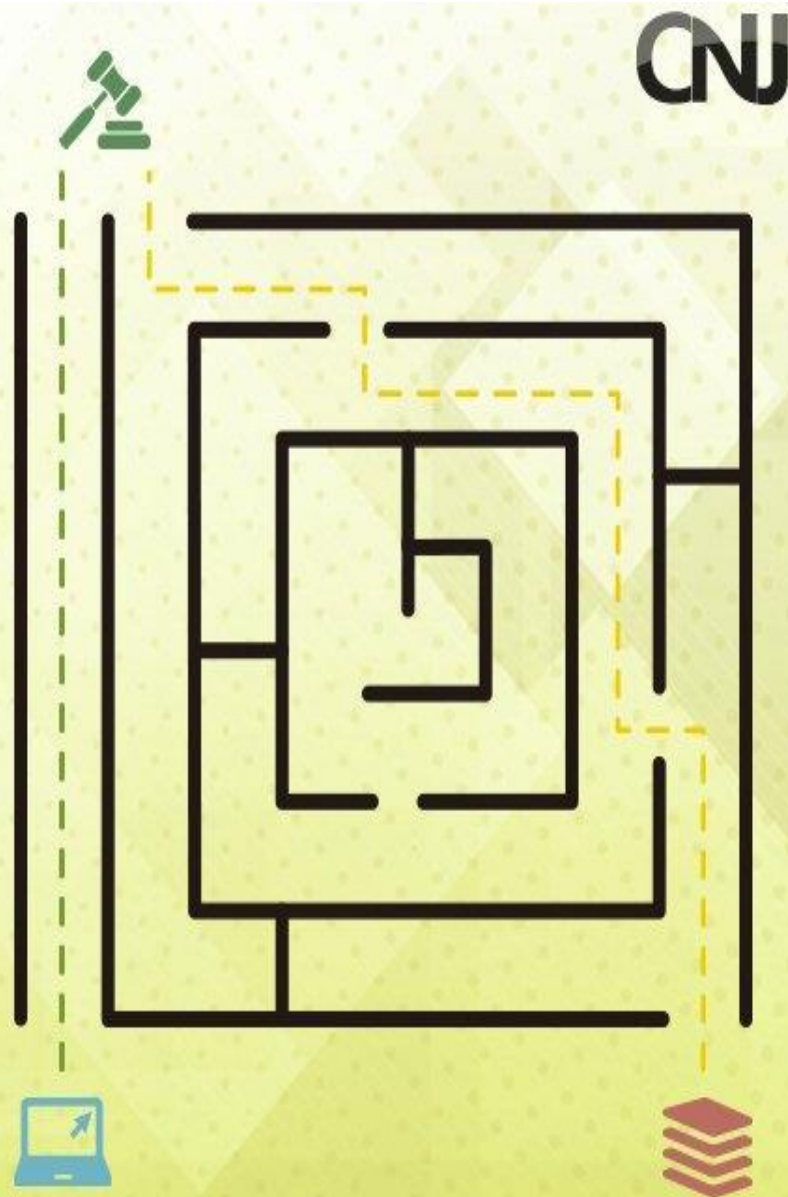
Visualização  
simultânea

Agilidade de  
tramitação

Transparência

Redução de  
gastos

Ganhos  
ambientais



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

### II – Histórico e evolução do PJE





## História do PJE

O projeto PJe – Processo Judicial Eletrônico – foi iniciado no Conselho Nacional de Justiça, em setembro de 2009. Esse começo, na verdade, foi uma retomada dos trabalhos realizados pelo CNJ junto com os cinco tribunais regionais federais e com o Conselho da Justiça Federal (CJF). Naquele momento, foram reunidas as experiências dos tribunais federais e, quando o projeto foi paralisado, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) deu início, por conta própria, à execução.

O CNJ e os demais tribunais, ao terem conhecimento de tais circunstâncias, visitaram o TRF5 para conhecer os procedimentos e concluíram que aquele era o projeto que atendia às restrições mais críticas com grande potencial de sucesso, atentando especialmente para a necessidade de uso de software aberto, para a conveniência de o conhecimento ficar dentro do Judiciário e para o fato de se observar as demandas dos tribunais.



Fonte: CNJ



## A Gerência do PJE

O projeto é coordenado pela Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça, presidida pelo Ministro Presidente do CNJ e integrada também por dois conselheiros.

Na gestão direta, o projeto conta com um comitê formado por dois juízes auxiliares da Presidência do CNJ e nove magistrados, três de cada um dos principais segmentos do Judiciário que fazem parte do projeto.

Sob esse comitê, há a gerência técnica, formada por três servidores do Judiciário capacitados em gestão de projetos, um grupo gerenciador de mudanças e o grupo de interoperabilidade.

O grupo gerenciador de mudanças tem a responsabilidade de tratar das solicitações de mudanças a partir do momento da implantação da versão nacional.





## Normas aplicadas ao PJE

tjdft.jus.br/pje/legislacao

Territórios

INSTITUCIONAL CONSULTAS SERVIÇOS INFORMAÇÕES PUBLICAÇÕES ESTATÍSTICA

Página Inicial > Processo Judicial Eletrônico > Legislação

**PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

- AQUI TEM PJE
- CADASTRO EMPRESAS - PJE
- COMITÊ GESTOR
- COMPETÊNCIAS
- CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO
- STG - PJE (AMBIENTE DE TESTES)
- GUIA DE CUSTAS
- LEGISLAÇÃO**
- PORTARIAS
- PROGRAMAS
- RECOMENDAÇÕES
- RESOLUÇÕES
- MONITORAMENTO
- PLENÁRIO VIRTUAL
- TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

### Legislação

última modificação: 08/05/2023 16:08

- Lei nº 11.419 de 19 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências.
- Portarias
- Programas
- Recomendações
- Resoluções



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

### III – Legislação aplicada ao PJE



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

### IV – Certificado Digital





## Certificado Digital no PJE

O Sistema PJE trabalha desde o início com o uso de assinaturas digitais com base em certificados da estrutura do ICP-Brasil. Trata-se de medida também prevista no modelo de requisitos de sistemas judiciários que assegurará características importantes para a segurança do processo judicial eletrônico.

Fonte: CNJ

Certificado digital é um documento eletrônico que contém dados sobre uma pessoa ou empresa, que o utiliza para comprovar sua identidade perante terceiros. Funciona como uma carteira de identidade eletrônica, permitindo que transações via internet, assinatura digital de documentos e autenticação de usuários tornem-se operações seguras.





## Características do Certificado Digital

### Documento eletrônico com assinatura eletrônica

- MP 2200-2 de 24/01/2001 – institui o ICP-Brasil.
- Assinatura eletrônica por certificado digital pela ICP-Brasil.
- Garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica.

- Originalidade do documento juntado ao processo eletrônico é garantida para todos os efeitos legais – art. 11 da Lei 11.419/2006.
- Esses pressupostos aliados à disponibilidade garantem a segurança e privacidade, diante das ameaças de fraudes, falsificações, espionagem, furto, pirataria, concorrência desleal, perdas e danos e outros crimes.



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

Página de informações do PJe na Internet:

[www.tjdft.jus.br/pje](http://www.tjdft.jus.br/pje)



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

### V – Consultas processuais



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

### Consulta pública

RESOLUÇÃO CNJ Nº 121, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010

Art. 2.º Os dados básicos do processo de livre acesso são:

- I – número, classe e assuntos do processo;
- II – nome das partes e de seus advogados;
- III – movimentação processual;
- IV – inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos.



# TJDFT

## Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau

Modo de assinatura PjeOffice



**CERTIFICADO DIGITAL**

Saiba como obter o certificado digital

ou

[Esqueci minha senha](#)

**ENTRAR**

Versao 2.1.0.0-snapshot - Atualizado em 11/05/2019 - 03:03



TJDFT  
MODERNIZAR  
É PARTE DO PROCESSO

Processo

\_\_\_\_\_.8.07.\_\_\_\_

Nome da Parte

\_\_\_\_\_

Nome do advogado

\_\_\_\_\_

Classe Judicial

\_\_\_\_\_ 

CPF  CNPJ

\_\_\_\_\_

OAB (000000 A UF)

\_\_\_\_ - \_\_\_\_ - UF 

PESQUISAR

Processo

Última movimentação

resultados encontrados

A presente consulta não retornará qualquer resultado em caso de informações prestadas incorretamente ou de processos sob sigilo de justiça, conforme art. 1º, parágrafo único, da **Resolução nº 121 do Conselho Nacional de Justiça**.



TJDFT  
MODERNIZAR  
É PARTE DO PROCESSO

PJe PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

DADOS DO PROCESSO

Dados do Processo

<b>Número Processo</b> 0701692-78.2015.8.07.0007	<b>Data da Distribuição</b> 18/05/2015	<b>Classe Judicial</b> PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)	<b>Assunto</b> DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor - Indenização por Dano Moral DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo - Telefonia
<b>Jurisdição</b> Taguatinga - Fórum Des. Antônio Melo Martins		<b>Órgão Julgador</b> 2º Juizado Especial Cível de Taguatinga	

Polo ativo

Participante	Situação
RAFAEL DE SOUSA DIAS - CPF: 007.463.731-20 (AUTOR)	Ativo

1 resultados encontrados

Polo Passivo

Participante	Situação
<del>AMERICEL S/A - CNPJ: 01.685.903/0001-16 (RÉU) (Inativo)</del>	Baixado



TJDFT  
MODERNIZAR  
É PARTE DO PROCESSO

### Movimentações do Processo

Movimento	Documento
30/03/2016 19:13:33 - Arquivado Definitivamente	
30/03/2016 19:13:18 - Expedição de Certidão.	30/03/2016 19:13:17 - Certidão (Certidão)
22/03/2016 14:50:28 - Transitado em Julgado em 01/02/2016	
22/03/2016 14:50:28 - Decorrido prazo de RAFAEL DE SOUSA DIAS - CPF: 007.463.731-20 (AUTOR) em 11/12/2015.	
06/02/2016 02:39:04 - Decorrido prazo de DOUGLAS WILLIAM CAMPOS DOS SANTOS em 05/02/2016 23:59:59.	
02/02/2016 02:35:04 - Decorrido prazo de RAFAEL DE SOUSA DIAS em 01/02/2016 23:59:59.	
02/02/2016 02:34:54 - Decorrido prazo de FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES em 01/02/2016 23:59:59.	
26/01/2016 00:14:44 - Publicado Sentença em 26/01/2016.	18/01/2016 16:33:11 - Sentença (Sentença)
25/01/2016 01:13:08 - Disponibilizado no DJ Eletrônico	18/01/2016 16:33:11 - Sentença (Sentença)
13/01/2016 17:44:25 - Recebidos os autos	
13/01/2016 17:44:24 - Julgado improcedente o pedido	13/01/2016 14:34:49 - Sentença (Sentença)
07/01/2016 17:39:42 - Juntada de certidão	07/01/2016 17:33:51 - Certidão (Certidão)
11/12/2015 13:38:13 - Conclusos para julgamento	
11/12/2015 13:37:56 - Decorrido prazo de RAFAEL DE SOUSA DIAS - CPF: 007.463.731-20 (AUTOR) em 11/12/2015.	
10/12/2015 16:08:54 - Juntada de Petição de petição	

1 2  15 resultados encontrados



**TJDFT**  
MODERNIZAR  
É PARTE DO PROCESSO

Número do processo: 0701692-78.2015.8.07.0007

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: RAFAEL DE SOUSA DIAS

RÉU: AMERICEL S/A

## SENTENÇA

Vistos etc.

Dispensado o relatório.

Decido.

Verifica-se pela leitura dos autos a ocorrência da coisa julgada quanto ao pedido de cumprimento do contrato, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir, exigindo-se assim a imediata extinção do processo quanto ao pedido mencionado em atenção à coisa julgada material, conforme acordo homologado nos autos n. 2014.07.1.015841-8.

No tocante ao dano moral postulado, sabe-se que a responsabilidade civil, já assentada na Constituição de 1998 (art. 5º, inc. X), também foi disciplinada no plano infra-constitucional através do Código de Defesa do Consumidor e, mais recentemente, no artigo 186 do Código Civil de 2002, o qual estatui que a violação de direito ou a causação de dano, ainda que exclusivamente moral, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, constitui ato ilícito.



TJDFT  
MODERNIZAR  
É PARTE DO PROCESSO

PJe  
PROCESSO  
JUDICIAL  
ELETRÔNICO

Juiz de Direito

Taguatinga/DF, 13 de janeiro de 2016 14:33:57.

Assinado eletronicamente por:  
13/01/2016 17:44:22

<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento:



1601131744225490000001589642

IMPRIMIR

GERAR PDF

## AUTENTICAÇÃO

- [1ª Instância](#)
- [2ª Instância](#)
- [Turma Recursal](#)

**PJe** Consulta Documentos do Processo

Documento do Processo

**\* Campos obrigatórios**

Número do documento\*

Titulo - document.seam - Mozilla Firefox  
 https://pje.trf1.jus.br/pej/seam/docstore/document.seam?docId=1&cid=2402

Página: 1 de 1

100%



Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau  
 Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios  
**Comprovante de protocolo**

---

**Processo**

Número do processo: **0703755-49.2015.8.07.0016**  
 Órgão julgador: **CEJUSC-JEC-BSB**  
 Jurisdição: Brasília - Fórum Des. José Júlio Leal Fagundes  
 Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)  
 Assunto principal: Abatimento proporcional do preço  
 Valor da causa: R\$ 450,00  
 Prioridades: Idoso  
 Partes: Sagittarli Cygni (353.814.688-81)  
 Deneb Hercullis (123.442.619-66)

---

**Audiência**

Audiência (Conciliação) designada para o dia **20/04/2015 10:15**  
 Endereço: Fórum José Júlio Leal Fagundes(TJDFT) SMAS - Setor de Múltiplas Atividades Sul, Trecho 4, Lotes 6/4 Sala: 2-A

Certifico e dou fé que a parte autora foi intimada a comparecer na audiência de conciliação designada para o dia e no órgão julgador acima e que sua ausência injustificada implicará na extinção do processo, sem julgamento de mérito, nos termos da Lei 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais.

---

Documentos do processo	Tipo	Tamanho (KB)
Petição Inicial	Petição Inicial	0,04

---

**Assuntos**

DIREITO DO CONSUMIDOR/Responsabilidade do Fornecedor/Abatimento proporcional do preço      **Lei**  
 Lei n. 8.078/90 (C.D.C.)

---

AUTOR	RÉU
ADRIANA ZANATA FAVERO (Advogada) Sagittarli Cygni	Deneb Hercullis

---

**Distribuído em: 11/03/2015 13:32**  
**Protocolado por: ADRIANA ZANATA FAVERO**



## Qual o tamanho máximo para os arquivos a serem anexados no Sistema PJe?

Segue lista dos tipos de arquivos que podem ser anexados ao processo e seu respectivo limite de tamanho:



Tipo de arquivo	Extensão	Tamanho máximo
Documento	pdf	10 Mb
Imagem	png	3 Mb
	jpeg	3 Mb
Video	mpeg	50 Mb
	ogg	50 Mb
	mp4	50 Mb
	quicktime	50 Mb
Áudio	mpeg	10 Mb
	mp3	10 Mb
	ogg	10 Mb
	mp4	10 Mb
	vorbis	10 Mb
	wav	50 Mb
	opus	10 Mb



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico



Os documentos cuja digitalização ou conversão para o formato devido seja tecnicamente inviável, devido ao grande volume, por motivo de ilegibilidade (como papéis antigos ou escritos desgastados), em razão do meio em que originalmente produzidos (como mídias, mapas, plantas, radiografias e assemelhados) ou por que devam ser entregues no original, serão apresentados à secretaria do juízo, no prazo de 10 (dez) dias, contados do protocolo de petição eletrônica comunicando o fato e serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado ou quando determinado pelo juiz da causa. Art. 21, do Provimento nº 12 do TJDFT.

# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

### VI - Registro dos Atos Processuais



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

### Previsão legal:

... se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.



PJE  
PROCESSO  
JUDICIAL  
ELETRÔNICO

Lei 11.419/2006, art 10, § 2º.

# Previsão legal:

Art. 12. Os prazos que se vencerem no dia da ocorrência da indisponibilidade serão prorrogados para o dia útil seguinte, quando:

I - a indisponibilidade, se ocorrida entre as 6h00m e as 23h00m, for superior a 60 minutos, ininterruptos ou não;

II - a indisponibilidade ocorrer entre as 23h00m e as 24h00m.

§ 1º As indisponibilidades ocorridas entre a 0h00m e as 06h00m dos dias de expediente forense e as ocorridas em feriados e finais de semana, a qualquer hora, não produzirão o efeito previsto no caput deste artigo.

§ 2º Os prazos fixados em hora ou minuto serão prorrogados até as 24h00m do dia útil seguinte, quando:

a) ocorrer indisponibilidade superior a 60 minutos, ininterruptos ou não, nas últimas 24 horas do prazo;

b) ocorrer indisponibilidade nos últimos 60 minutos.

§ 3º A prorrogação de que trata este artigo será feita automaticamente pelo sistema PJe



Provimento nº 12, de 17/08/17, do TJDFT.



www.tjdft.jus.br/pje

tjdft.jus.br/pje

Email - Rafael De S... Sistemas Cíveis Sistemas Criminais Sistemas TJDFT Leis Email - Juizado Esp... TJDFT - Balcão Virtu...

Página Inicial > Processo Judicial Eletrônico

### PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

- AQUI TEM PJE
- CADASTRO EMPRESAS - PJE
- COMITÊ GESTOR
- COMPETÊNCIAS
- CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO
- STG - PJE (AMBIENTE DE TESTES)
- GUIA DE CUSTAS
- LEGISLAÇÃO
- MONITORAMENTO
- PLENÁRIO VIRTUAL
- TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

## Processo Judicial Eletrônico - PJe

última modificação: 05/12/2023 15:07

### Acesso ao sistema PJe

- 1ª Instância
- 2ª Instância
- Turma Recursal

### Consultas públicas

- Processos de 1ª Instância
- Processos de 2ª Instância
- Processos de Turma Recursal
- Mandados por processo
- Processos aptos a julgamento (Art. 12 § 1º do Novo CPC)
- Atas das Sessões de Julgamento - 2º Grau

MONITORAMENTO



TJDFT  
MODERNIZAR  
É PARTE DO PROCESSO

PJe PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

## PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

AQUI TEM PJE

CADASTRO EMPRESAS - PJE

COMITÊ GESTOR

COMPETÊNCIAS

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

STG - PJE (AMBIENTE DE TESTES)

GUIA DE CUSTAS

LEGISLAÇÃO



**MONITORAMENTO** >

PLENÁRIO VIRTUAL

TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

## Monitoramento

última modificação: 24/03/2023 14:19

-  [Datas de prorrogação de prazos no PJe](#)
-  [Indicador de Indisponibilidade \(NOVO!\)](#)
- [Indicador de Indisponibilidade do MNI](#)
- [Indicador de Indisponibilidade do link de Internet](#)



TJDFT  
MODERNIZAR  
É PARTE DO PROCESSO

**PJe** PROCESSO  
JUDICIAL  
ELETRÔNICO







# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

# Dúvidas



## Informações

- Consulta de circunscrições judiciárias (distribuição em virtude de declínio de competência ou outros motivos)
-  Mapa das Circunscrições Judiciárias do Distrito Federal - GEOPORTAL
- Perguntas frequentes
-  Manual do Advogado (elaborado pelo CNJ)
-  Manual dos Representantes (elaborado pelo CNJ)
-  Manual do Usuário sem Representante (elaborado pelo CNJ)
- Manual do novo painel dos Advogados, Procuradores, Defensores e dos parceiros eletrônicos (arquivo elaborado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco)
- Manual da integração do PJE com a plataforma Consumidor.gov
- Manual de Distribuição de Cartas Precatórias
- Vídeos explicativos do PJe aos Advogados, Procuradores, Defensores Públicos, Representantes Legais, Auxiliares da Justiça, Órgãos e Empresas Parceiras
- Softwares auxiliares
- Relação das unidades de origem do processo
-  Relação dos Órgãos e Empresas que são comunicadas pelos Órgãos Julgadores de 1º Grau e 2º Grau pelo meio eletrônico
- Versões do PJE disponibilizadas pelo CNJ aos Tribunais
-  Livro "Processo Judicial Eletrônico" - OAB (download - arquivo em pdf)

# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

**Suporte:**

**Abrir OS ([central.tjdft.jus.br](http://central.tjdft.jus.br))**

**Telefone 3103-7600**

**Grupo de Whatsapp**



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

### VII – Sistema PJE (links de acesso e menus)



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

Ambiente a ser utilizado neste curso é específico para treinamento.

*Link* de acesso: **[pje-escola.tjdft.jus.br](http://pje-escola.tjdft.jus.br)**



# Sistema PJE

## Processo Judicial Eletrônico

Muito obrigado!

# To be continue...

